

GABINETE DO VEREADOR FLORIANO PESARO

DATA: 21/08/2013 – 5' DISCURSO

Por mais creches e um atendimento integrado à primeira infância

Sr. Presidente da Câmara Municipal, srs. Vereadores, telespectadores da TV Câmara, Boa Tarde.

A falta de creches é um problema grave que a cidade de São Paulo vem enfrentado. Em vez de avançarmos no assunto, parece que estamos regredindo.

Por isso, é que ontem, Defensoria Pública, Ministério Público Estadual Ongs e advogados se reuniram aqui em SP para mostrar que há solução sim: apresentaram um estudo e estabeleceram 10 passos que a Prefeitura consiga amenizar o déficit, que já é de 127 mil vagas – segundo dados oficiais do próprio município.

Somente assim um direito que já é previsto em lei poderá ser cumprido de fato.

Não estamos dizendo que a questão é de simples resolução, mas com planejamento, responsabilidade, empenho e monitoramento é possível avançar e garantir que cada vez mais mães possa contar com esse serviço.

Vejam que a atenção do Estado para com os seus cidadãos já deve ser garantida logo na primeira infância.

No atendimento à primeira infância – que compreende a faixa etária de 0 a 6 anos – ainda estamos longe do ideal.

Segundo o PNAD, a média nacional é de apenas 18,4 % destas crianças em creches.

Vejam que aí temos uma diferença primordial. A creche é local não apenas do primeiro contato com as atividades formativas, mas é, também, um espaço onde a criança necessita de apoio médico, nutricional e psicológico.

Tenho o privilégio de ter como amiga e mentora nos assuntos ligados à educação Maria do Carmo Brant, a Carminha, que foi minha Secretária Adjunta nos primeiros meses à frente da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, na gestão de José Serra.

Com ela – pensadora e realizadora na área da educação –, aprendi a perceber o diferencial que representa a primeira infância ter prioridade máxima na atenção pública.

É onde se pode prevenir déficits e ancorar o desenvolvimento das novas gerações.

Por isso, nobres colegas, peço especial atenção dos senhores ao Projeto de Lei **227/2013, que estabelece a Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância.**

A Primeira Infância não pode ser vista como de domínio privado das famílias. A responsabilidade de

desenvolvimento e de disseminação de informações para a evolução da criança é do Poder Público.

No PL 227 de 2013, estamos prevendo o **atendimento integral e integrado**, não só de crianças, mas também de suas famílias.

Além do estabelecimento de **alianças e parcerias entre o Poder Público e os diversos setores da sociedade para a garantia efetiva dos direitos na infância**; e um deles é o direito a creche.

As mães precisam do serviço para ter com quem deixar seus filhos para poderem garantir o sustento da família.

Vale avaliar, ainda, a concepção de creches que temos atualmente: um equipamento a ser gerido pela política de educação.

Erro crasso: a atenção a primeira infância é necessariamente transsetorial. Crianças pequenas exigem para além da educação, o cuidado (saúde) e a proteção (assistência social).

Outra questão, de enorme importância, é de que os arranjos neste serviço devem guardar alta flexibilidade para responder a diversidade de modelos de atenção reivindicadas pelas famílias.

É obvio que precisamos de padrões de qualidade assegurados, mas podemos e devemos transitar por modelos diferenciados.

Enfim, nobres colegas, vamos acompanhar de perto essa questão. A Prefeitura deve assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), proposto pelo Tribunal de Justiça se comprometendo a adotar medidas capazes de resolver a questão.

Vamos verificar ainda se a promessa de campanha, de criar 50 mil novas vagas será cumprida. Estamos de olho.

Muito obrigado.